

PARECER JURIDICO CONCLUSIVO Nº 004/2020-ASSEJUR
REQUERENTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020

Trata-se de parecer formulado, por força legal, em licitação de modalidade PREGÃO PRESENCIAL, oriundo do processo administrativo acima identificado, Registro de Preços Pelo prazo de 12 (doze) meses visando Eventual contratação de pessoa (s) jurídica(s) para fornecimento de material de construção, materiais hidráulico em geral, para manutenção de redes de distribuição dos subsistemas de abastecimento de água, de interesse do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Efetivamente, a Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente no Art. 37, ao traçar o delineamento da Administração Pública, determinou a licitação como meio básico a ser observado pela União, Estados, Municípios e Administração Indireta, para suprimentos das necessidades de seus órgão, referentes a obras, serviços, compras ou alienações.

Por sua vez, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, regulamentaram a norma constitucional supracitada, sendo acrescentada a modalidade pregão pela Lei nº 10.520/2002.

Analisando-se o processo supra, constata-se que a presente licitação acha-se em consonância com os ditames legais e princípios atinentes à Administração Pública e ao processo licitatório propriamente dito, mormente com referência ao procedimento formal, estando acompanhada de solicitação, autorização, minuta de edital e seus anexos devidamente elaborados. Senão vejamos:

DOS ATOS INSTRUTÓRIOS:

A municipalidade cumpriu plenamente com todas as exigências da legislação vigente, mais precisamente quanto a definição do objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento, as cláusulas do contrato, etc.

DA MODALIDADE APLICADA:

O objeto licitado e o valor estimado previstos nos autos do processo administrativo em questão amoldam-se corretamente na modalidade aplicada, obedecendo rigorosamente às luzes da legislação vigente.

DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O edital prevê, minuciosamente, as regras do certame licitatório, bem como traz como conteúdo, anexos contendo varias documentações, destacando-se a minuta do contrato a ser celebrado com a empresa vencedora da referida licitação. O que se coaduna com a legislação aplicável.

DO CONTRATO A SER CELEBRADO:

No tocante do contrato administrativo a ser celebrado, é de se ver que encontra-se em conformidade com ditames do artigo 55 e incisos da Lei nº 8.666/93.

DO PROCEDIMENTO ADOTADO NA SESSÃO PÚBLICA:


Todos os atos praticados no dia da sessão pública da licitação foram lavrados em ata circunstanciada, obedecendo ainda aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e publicidade.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante de todo o exposto e devidamente ponderado e tendo em vista a observação, por parte da Administração Pública, de todos os requisitos legalmente exigidos, opina esta egrégia Assessoria Jurídica pela legalidade do certame na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2020, devendo este ser homologado pelo Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, para possuir seus efeitos jurídicos legais.

Remeta-se a Comissão Permanente de Licitação para as providencias que julgar cabíveis.

Açailândia – MA, em 03 de março de 2020.



Marcus Vinicius Alves Santos
Assessor Jurídico do SAAE
OAB -11.421
Portaria nº 073/2019-SAAE